

*Malcom Waters, Globalização*, Oeiras, Celta Editora, 1999, 178 páginas.

Traduzido e publicado pela Celta, o livro de Malcom Waters é um contributo para quem pretende esclarecer-se sobre o que mais ou menos ambiguamente tem sido designado por processo de globalização. Não se trata apenas de uma introdução ao conceito de porventura maior destaque no debate teórico dos anos 90. Num primeiro momento, o autor coloca-nos perante o cenário de génese e desenvolvimento teórico do conceito de globalização. Após o esclarecimento do teorema que orienta a sua análise, observa as transformações no sentido da globalização em três domínios fundamentais — a economia, a política e a cultura.

Waters começa por expor a sua própria definição de globalização. Para o autor, este é um processo que de alguma forma sempre existiu, porém com desenvolvimentos irregulares. De facto, o tempo das antigas expansões imperiais anteriores a este milénio contrasta fortemente com o «período de territorialismo introspectivo centrado na localidade» que, entretanto, a Europa conheceu na Idade Média. Enfim, a linearidade que hoje atribuímos ao processo teve início no berço da modernidade, nos séculos xv e xvi. É precisamente este último período que é objecto da análise do autor, isto é, a globalização como fenómeno associado à modernização das sociedades.

Para Waters, a globalização envolve a progressiva redução dos

constrangimentos geográficos, um aspecto das sociedades modernas que resulta na constante problematização da relação entre espaço e organização da vida social. Por outro lado, o carácter globalizante da modernidade vai de par com incrementos de reflexividade: «os indivíduos consciencializam-se cada vez mais da redução» daqueles obstáculos. A melhor abordagem dos desenvolvimentos mais recentes da globalização consiste, segundo o autor, na comparação entre o ideal-tipo de um mundo totalmente globalizado e o actual estado do processo. A extinção progressiva das barreiras espaciais, como corolário da globalização, significa o desaparecimento da territorialidade «enquanto princípio organizativo da vida cultural e social». Neste modelo, o planeta resume-se a uma cultura e sociedade, não implicando este aspecto uma homogeneidade ou mesmo uma integração cultural harmoniosa. A elevada «abstracção» da cultura global permite a tolerância face aos diversos padrões culturais e às escolhas individuais, isto é, abre caminho para «altos níveis de diferenciação, para o policentrismo e para o caos». A construção do modelo tem, pois, como base uma posição culturalista, e assim «radical», claramente assumida pelo autor.

Nos capítulos seguintes Waters esclarece a sua posição teórica, sobrevoando as principais abordagens desde a segunda guerra mundial. Entre os pensadores que se debruçaram sobre o conceito, encontramos,

em primeiro lugar, os teóricos da modernização e os teóricos da dependência. Associados ao marxismo, os últimos defendem que a modernização pode resumir-se a uma ideologia, permitindo o desenvolvimento do capitalismo à escala mundial e, assim, o estabelecimento da dependência dos países da periferia em relação aos países do centro, reais protagonistas da globalização. Na perspectiva dos teóricos da modernização, vinculados ao funcionalismo, em lugar de uma ideologia, a modernização é sobretudo um processo com características diferenciadoras que libertam as relações sociais da tradição e do local. Noutro sentido, oriundas da ciência política, as teorias das relações internacionais não identificam o capitalismo ou a modernização como factores explicativos da globalização. Antes, as relações transnacionais e intersociais, que caracterizam o mundo contemporâneo, são o resultado não apenas das trocas económicas, mas também «de preferências, modas e ideias», possibilitadas por um sistema de relações internacionais, ele próprio produto da necessidade de concretização de metas nacionais.

Entre os primeiros teóricos da globalização, Marshall McLuhan é uma referência central na visão de Waters. A perspectiva de McLuhan privilegia a dimensão cultural, na medida em que é sobretudo este o domínio da sociedade mais permeável às consequências do incremento de tecnologias. Desde a invenção do relógio mecânico e do dinheiro, que

acompanharam a reorganização do espaço e do tempo característica da modernidade, até aos actuais meios de comunicação electrónicos, as sociedades têm-se orientado para um contexto de «aldeia global», isto é, um cenário onde os indivíduos apreendem o mundo como uma totalidade interdependente. Apesar da importância de McLuhan, Waters atenta também nas propostas de Robert Robertson, Anthony Giddens, David Harvey e Ulrich Beck.

Robertson é importante, não por ser o primeiro a conceptualizar especificamente o termo *globalização*, mas pela tónica que deposita na reflexividade enquanto elemento distintivo da globalização do período contemporâneo: «O mundo evolui de uma forma de estar meramente em si próprio para a possibilidade de estar para si próprio.» No entender de Waters, as propostas de Giddens e Harvey surgem no prolongamento das ideias de McLuhan. Ambos sublinham a importância do incremento tecnológico característico da época moderna como elemento capital no desenvolvimento da globalização, sobretudo no que toca à reestruturação do espaço e do tempo enquanto coordenadas da vida social. Porém, à perspectiva de Giddens, de que a globalização está associada à extensão do espaço e do tempo, no sentido da universalização destas coordenadas, Waters tem preferência pelo contributo de Harvey, segundo o qual, em vez de uma extensão espaço-tempo, o período moderno carac-

teriza-se antes por um processo em que o espaço é progressivamente aniquilado, «comprimido» pelo tempo. Na proposta de Beck encontramos igualmente esta associação entre modernização e globalização. O que é novo em Beck é o papel decisivo atribuído às consequências da industrialização na globalização. Por um lado, a industrialização globaliza à partida, porque se trata de um fenómeno que se expande à escala planetária. Por outro lado, os «riscos» que acarreta são também altamente globalizantes: o seu alcance não tem limites nacionais e sociais.

A perspectiva de Waters distancia-se parcialmente destas propostas, na medida em que todas elas afastam a componente cultural. A atenção face a este domínio, central em McLuhan, só é retomada por Lash e Urry, que sublinham a «desmaterialização», e assim a «culturalização», enquanto aspecto-chave na análise da globalização. A crescente transformação no sentido da reprodução dos objectos como «símbolos» é a componente central na compreensão da ordem global contemporânea, então caracterizada como «estrutura de fluxos, um conjunto descentralizado de economias de signos no espaço». Para Lash e Urry, a consequência deste processo é a erosão da sociedade de Estado-nação, a redução dos instrumentos políticos do Estado, o desenvolvimento de práticas transnacionais e o aparecimento de «novas entidades políticas sócio-espaciais». A vertente culturalista, assim recu-

perada, é fundamental na análise desenvolvida nos capítulos posteriores.

Cada um dos três domínios da sociedade analiticamente privilegiados neste livro — a economia, a política e a cultura — define-se pelo tipo de trocas que na origem do processo de modernização mais o caracteriza, correspondendo as trocas materiais à economia, as trocas de poder à política e, finalmente, as trocas simbólicas à cultura. O teorema que orienta a análise do desenvolvimento desses domínios é o de que as trocas materiais tendem a «localizar» as relações sociais, as trocas de poder a «internacionalizar» e as trocas simbólicas a «globalizar» essas relações. Obviamente, o teorema implica à partida a ideia de que são as dimensões simbolicamente mediadas as mais propensas à globalização, isto é, o domínio ao qual este tipo de troca corresponde revela-se mais avançado nesse processo.

De facto, os domínios económico e político das sociedades contemporâneas só se revelam mais globalizados nas dimensões cuja mediação é simbolicamente garantida. Por outras palavras, segundo Waters, os desenvolvimentos nas diversas dimensões destes domínios são desiguais no sentido de que existem algumas dessas dimensões cujo tipo de troca impede a globalização. Assim, na economia é no contexto dos mercados financeiros e da ideologia organizacional que encontramos as áreas mais globalizadas. Pelo contrário, o mercado de trabalho permane-

ce um aspecto da economia avesso às tendências globalizantes. Entretanto, observa-se que o comércio e o investimento abrem mais facilmente portas à globalização, dado que estes são domínios de «progressiva mediação simbólica»: por um lado, os serviços vão incorporando o comércio, por outro, a informação e as qualificações profissionais transformam-se em capitais.

Waters define a crescente mediação simbólica como um processo de culturalização deste domínio da sociedade, concluindo que, numa economia global culturalizada, a classe mundial será substituída por um sistema de *status* mundial baseado no consumo, nos estilos de vida e nos compromissos de valores. No século XIX o Estado assumiu o papel de comando da economia, cumprindo-lhe assegurar o quadro de relações políticas entre empresários, sindicatos e trabalhadores. A cultura subordinava-se então às exigências do desenvolvimento dos nacionalismos. Ineficaz no fomento da economia, o Estado de finais do século XX vê diminuir o seu crédito junto das populações, cuja reivindicação de uma economia individual é legitimada na base de padrões universalizados: «As opções dos estilos de vida começam a dominar a economia, quer em termos da substituição da produção pelo consumo, enquanto actividade económica central, quer em termos da diversificação das eventuais experiências ocupacionais.»

O que Waters designa por «revitalização da eficácia cultural», ou

processo de culturalização, parte precisamente da invocação de novos símbolos políticos inerente às actuais exigências das populações. Assim, no que toca ao domínio da política, a sua posição corrobora a proposta de David Held. O ideal-tipo de globalização aponta para uma redução do poder e eficácia dos governos por força do crescimento «qualitativo e quantitativo» de um sistema de relações transnacionais. Significa isto que a soberania dos Estados é parcial e progressivamente transferida para unidades políticas mais abrangentes. Tal como Held, Waters assume mesmo a possibilidade de um «governo mundial» numa política global culturalizada. Actualmente, dada a crescente perda de soberania, o Estado revela-se na dimensão que mais obstáculos coloca à globalização devido, provavelmente, ao facto de a política ser ainda uma «actividade altamente territorial». Pelo contrário, por razões idênticas ao que acontece com os mercados financeiros, as arenas das relações internacionais e da cultura política são as mais avançadas no processo de globalização. Trata-se de contextos simbolicamente mediados num mundo onde, cada vez mais, as causas de carácter universal transcendem as ideologias de âmbito nacional. Com efeito, são causas que comprometem os actores à escala global, já que «os apelos simbólicos centram-se nos direitos humanos, no ambiente à escala planetária, na democratização liberal, no direito ao consumo, no tradicionalismo religio-

so, na diversificação étnica e no cosmopolitismo».

Finalmente, Waters demonstra como a preponderância das trocas simbólicas no domínio da cultura permite a superlativa globalização desse domínio. A análise das transformações na cultura permite mais uma vez identificar a modernização como processo-chave na explicação das tendências fortemente globalizantes das sociedades actuais. Para o autor, a progressiva culturalização das sociedades é consequência directa da modernização do Ocidente. Desde o início, o dinheiro revelou a sua importância, permitindo que «o capital se transferisse em formas financeiras comercializáveis e que também pudesse ser exportado e investido à distância». Por sua vez, o desenvolvimento da navegação nos séculos XV e XVI foi determinante na redução dos constrangimentos geográficos. Finalmente, são os meios electrónicos e fotográficos de comunicação os aspectos cruciais no crescente ritmo da transmissão cultural entre locais e sociedades. Nas palavras do autor, «à medida que os *mass media* convertem os conteúdos das relações humanas em símbolos, vão conseguindo unir as pessoas através de grandes distâncias».

Em suma, mais do que uma introdução à temática, o livro de Waters revela de forma clara uma perspectiva que destaca e privilegia analiticamente uma dimensão deixada ao abandono pela sociologia da globalização. No entanto, esta obra pre-

tende-se também um convite à reflexão e ao debate teórico. Neste sentido, a questão que pretendo levantar tem a ver com a associação entre domínios sociais e tipos de troca. De facto, se parece evidente que os símbolos constituem os meios por excelência da globalização, menos clara surge a exposição das tendências «culturalizantes» da sociedade em virtude da crescente preponderância de trocas simbólicas, inicialmente circunscritas ao domínio da cultura.

Em meu entender, esta ambiguidade deriva da rigidez com que Waters faz corresponder os domínios em análise e os tipos de troca. A tal correspondência subjaz a ideia de que estas são trocas mutuamente exclusivas, ideia aliás implícita na previsão de um mundo em acelerado processo de globalização, onde «tanto as trocas materiais como as trocas de poder estão a ser substituídas por trocas simbólicas, isto é, por relações baseadas em valores, preferências e gostos, em lugar das desigualdades e dos constrangimentos de ordem material». A mútua exclusividade atribuída no modelo de Waters aos tipos de troca conduz à falácia de uma construção sociológica onde poder e cultura são palavras desencontradas, e assim à concepção fortemente ideológica de um mundo na direcção de um cenário de constrangimentos sociais ausentes, isto é, de um mundo totalmente «culturalizado».